



EDITAL			
PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024		Data de abertura: 07/11/2024 às 09h no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br .	
Processo Administrativo nº 6.467/2024	SRP? () Sim (X) Não	Exclusiva ME/EPP? () Sim (X) Não	Reserva de quota ME/EPP? () Sim (X) Não
Valor total estimado R\$ 146.969,33 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos).	Vistoria? () Obrigatória () Facultativa (X) Não se aplica		Amostra/Demonstração? () Sim (X) Não
Prazo para envio da proposta/documentação: No mínimo 2 (duas) horas após a convocação do pregoeiro.			
Pedidos de esclarecimento até 04/11/2024 para o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br		Impugnações até 04/11/2024 para o endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br	
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões da Prefeitura de Juiz de Fora – MG pelo endereço www.portaldecompraspublicas.com.br , selecionando as opções Pesquisa de Processos > Objeto > Processo > Órgão > Pregões . O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal de Compras Públicas e também no endereço eletrônico https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/outras_anos.php .			

Referência para elaboração das propostas. **Anexo I-A**



EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024 - SE

O Município de Juiz de Fora - MG, por meio da Secretaria de Educação torna público que fará realizar licitação, sob a modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, modo de disputa ABERTO, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM para a aquisição de mobiliários e equipamentos das Emendas Parlamentares Municipais 10409, 10595, 11150 e 10850, da Emenda Federal de Transferência Especial 14080012 e dos recursos do Tesouro, destinados aos Departamentos da Secretaria de Educação e à Escola Municipal Áurea Bicalho devidamente descritos, caracterizados e especificados no Termo de Referência, na forma da lei.

A presente licitação se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021, pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Decreto Municipal nº 15.635/2022, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos, normas que as licitantes declaram conhecer e a elas se sujeitarem incondicional e irrestritamente.

A sessão pública do Pregão Eletrônico ocorrerá no dia 07/11/2024 às 09h00, horário de Brasília – DF, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de móveis para escritório (poltronas, mesas, cadeiras e outros materiais), de equipamentos de informática (computadores e outros acessórios), de eletrodomésticos (refrigeradores, bebedouros, microondas e outros aparelhos) e de equipamentos para produção audiovisual (câmera, caixa de som, microfone sem fio e outros acessórios), destinados aos Departamentos da Secretaria de Educação e à Escola Municipal Áurea Bicalho, conforme as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I.

1.2. Integra este Edital, como se nele estivesse transcrito o Termo de Referência (Anexo I), assim como todas as especificações neste contidas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. Os recursos necessários à aquisição do objeto ora licitado correrão à conta da seguinte dotação orçamentária nº: 131100.12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804 e 1.5.00.001001

- Emenda Parlamentar 10409 - valor R\$90.000,00 (noventa mil reais).
- Emenda Parlamentar 10595 - valor R\$22.385,00 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e cinco reais).
- Emenda Parlamentar 11150 - valor R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- Emenda Parlamentar 10850 - valor R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- Recurso do Tesouro - valor R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Dotação orçamentária: 12.361.0002.2108.000000

Natureza Despesa: 4.4.90.52.

Fonte de Recursos: 2.7.06.003110

Valor: R\$50.000,00

2.2. O valor total estimado para a licitação é de R\$ 146.969,33 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e





sessenta e nove reais e trinta e três centavos).

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. O critério de julgamento da presente licitação é o **menor preço por item**.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado regulamente junto ao Portal de Compras Públicas e Portal Nacional de Compras.

4.2. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

4.3. Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada pregão eletrônico.

4.4. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

4.5. Não serão admitidas nesta licitação as empresas suspensas do direito de licitar, no prazo e nas condições do impedimento, e as declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta, assim como as empresas e/ou seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 e alterações posteriores.

4.6. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, desde que apresentem a documentação de habilitação descrita no subitem 10.6.7.

4.7. Será permitida a participação em consórcio, sujeita às seguintes regras:

a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante a Unidade Requisitante, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea “d”. Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação.

b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do objeto;

e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da aquisição.

4.8. As operações societárias promovidas por sociedades empresariais isoladamente ou por aquelas participantes de consórcio ou as alterações de composição de consórcio deverão ser submetidas à análise da Unidade Requisitante para aferição da manutenção das condições de habilitação ou verificação de suas implicações com o objeto da aquisição, que poderá ser extinto em qualquer hipótese de prejuízo ou elevação de risco para o seu cumprimento.



4.8.1. A substituição e o ingresso de consorciado deverá ser expressa e previamente autorizada pela Unidade Requisitante e será condicionada à comprovação de que a empresa substituta/ingressante preenche os requisitos exigidos para habilitação jurídica e de regularidades fiscal, social e trabalhista, além da comprovação de que o consórcio mantém, no mínimo, os quantitativos originários para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico–financeira apresentados à ocasião do certame.

4.9. Não será permitida a participação de licitantes cujos dirigentes, gerentes, sócios ou componentes do seu quadro técnico sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação. Será vedada também a participação de licitantes que possuam em seus quadros funcionais profissional que tenha ocupado cargo integrante dos 1º e 2º escalões da Administração Direta ou Indireta do Município, nos últimos 12 (doze) meses, devendo apresentar declaração de atendimento a tal requisito.

4.10. Não serão aceitas na presente licitação as licitantes que tenham participado da elaboração do(s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência.

4.11. Não será permitida a participação de licitantes que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.12. Não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente, empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.13. Não poderão disputar licitação, direta ou indiretamente, que se enquadrem nas demais disposições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.14. As empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

4.14.1. A empresa estrangeira, que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio, deve informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

4.15. Não poderão participar da licitação as pessoas físicas e jurídicas que se encontrarem em débito com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).

4.16. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO, a licitante assinalará **“SIM”** ou **“NÃO”** em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **DECLARAÇÕES**:

4.16.1. Que declara que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital. (Declaração de conhecimento do Edital)

4.16.2. Que declara cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado de Previdência Social. (Declaração de reserva de cargos)

4.16.3. Que sob pena de desclassificação, declara que as suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (Declaração de proposta econômica)

4.16.4. Que declara para fins do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que qualquer trabalho a menores de dezesseis anos. (Declaração de Não-Emprego de menores)

4.16.5. Que declara não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal. (Declaração de Não-Emprego de trabalho degradante)

4.16.6. Que declara, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/91, estar ciente do cumprimento da reserve de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para trabalho da Previdência Social e que, se aplicando ao número de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade prevista na legislação. (Declaração de Acessibilidade)

4.16.7. Que declara sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores. (Declaração de Inexistência de Fato Superveniente)

4.16.8. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.16.8.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.16.8.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.17. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.18. O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Portal de Compras Públicas que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória pregão em sua forma eletrônica.

5.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

5.2. O cadastro deverá ser feito pelo licitante no Portal de Compras Públicas, acessando o endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.



5.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Portal de Compras Públicas e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema**, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.1.1. As propostas de preço serão ofertadas com base no **menor preço por item** do objeto licitado.

6.2. O envio de proposta, assim como dos documentos de habilitação, quando solicitados, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.2.1. O licitante melhor classificado deverá apresentar a documentação de habilitação em campo próprio no sistema, a partir da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. O Pregoeiro não poderá estabelecer prazo inferior a **2 (duas) horas** para a apresentação da documentação.

6.3. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário estabelecido.

6.3.1. Os documentos que compõem a proposta licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.3.2. Os documentos complementares à proposta, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, em formato digital.

6.3.3. O pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

6.4. No preço proposto serão computadas todas as despesas para a entrega do(s) bem(ns), incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da LICITANTE VENCEDORA o pagamento dos salários de todos os seus empregados e respectivos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e securitários, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto, inclusive seguros, multas, e outras despesas relacionadas ao objeto da



licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

6.5. O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos a título de contribuição previdenciária, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

6.5.1. O valor devido título de contraprestação pela execução dos serviços será obtido mediante a dedução do valor total da proposta do montante do valor devido a título de contribuição previdenciária, o qual deverá ser recolhido à entidade competente, na forma da legislação.

6.5.2. Os **custos indiretos**, relacionados com as despesas de manutenção, utilização, reposição, depreciação e impacto ambiental do objeto licitado, entre outros fatores vinculados ao seu ciclo de vida, poderão ser considerados para a definição do menor dispêndio, sempre que objetivamente mensuráveis, conforme disposto em regulamento.

6.6. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

6.7. A licitante deverá remeter a proposta de preços devidamente adequada aos preços ofertados na fase competitiva em arquivo único compactado, no curso da sessão pública, quando solicitada a fazê-lo pelo Pregoeiro.

6.8. As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. A Unidade Requisitante em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

6.9. Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.10. A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu art. 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299 do Código Penal.

6.10.1. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

6.10.2. A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico de processamento do certame, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário do item;

7.1.2. Marca;



7.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

7.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência de elaboração e deliberação da Unidade Gestora Requisitante, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação.

7.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos órgãos de controle e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



8.4. No caso de diligência, será disponibilizado no sistema um campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico de processamento do certame, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser indicado pelo pregoeiro.

8.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema de processamento do certame, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

8.12. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa aberto**. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

8.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, podendo ser auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

8.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances na seguinte forma:

8.13.1. Na ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; ou

8.13.2. Na ordem decrescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.



8.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem dos subitens anteriores.

8.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, quando encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto na ordem do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.20.2. Para fins do item **8.20.1**, o Pregoeiro poderá abrir diligências para solicitar a documentação dos licitantes empatados, nos moldes do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.21.1.1. A negociação de preços se dá, conforme o art. 61 da Lei nº 14.133/21, após o julgamento das propostas;



8.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante.

8.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DIREITO DE PREFERÊNCIA

9.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

9.3. Constatada a existência de sanção, nos moldes legais, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

9.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.7.1. Contiver vícios insanáveis;

9.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



9.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item **9.8**, só será considerada após diligência, provocada pelo Pregoeiro ao setor técnico adequado, que comprove:

9.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

- a) Documentação relativa à habilitação jurídica;
- b) Documentação relativa à habilitação econômica–financeira;
- c) Documentação relativa à habilitação fiscal;
- d) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;
- e) Documentação relativa à qualificação técnica.

10.1.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

10.1.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP);

10.1.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ);

10.1.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

10.1.2. Para fins de habilitação, será observado o preenchimento “sim ou não”, em campo próprio do sistema eletrônico, das declarações constantes nos subitens do item 4.20 deste Edital.

10.2. Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

10.3. Se os Certificados, Declarações, Registros e Certidões não tiverem prazo de validade declarado no próprio documento, da mesma forma que não conste previsão em legislação específica, os referidos documentos deverão ter sido emitidos há, no máximo, **90 (noventa) dias**, contados até a data da realização da licitação.

10.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação, sanar erros e falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

10.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização das diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item **10.4**, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.



10.6. Da Habilitação Jurídica:

10.6.1. Registro comercial, no caso de empresário individual;

10.6.2. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

10.6.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

10.6.3.1. A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

10.6.4. A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

10.6.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.6.6. Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

10.6.7. As sociedades cooperativas deverão fornecer os seguintes documentos, de forma atualizada e consolidada:

10.6.7.1. Ato constitutivo;

10.6.7.2. Estatuto acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

10.6.7.3. Regimento interno acompanhado da ata da Assembleia que o aprovou;

10.6.7.4. Regimentos dos fundos instituídos pelos cooperados acompanhados das atas das Assembleias que os aprovaram;

10.6.7.5. Atas das Assembleias Gerais em que foram eleitos os dirigentes e conselheiros da cooperativa;

10.6.7.6. Registro de presença dos cooperados nas 03 (três) últimas Assembleias Gerais;

10.6.7.7. Ata da sessão em que os cooperados autorizam a cooperativa a contratar o objeto deste certame, acompanhada dos documentos comprobatórios da data de ingresso de cada qual na cooperativa.

10.7. Da Habilitação Econômica-Financeira:

10.7.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.





10.7.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

10.7.2.1. Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC..... maior ou igual a 1(um)

ILG..... maior ou igual a 1(um)

10.7.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercício, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei 14.133/2021 e assim apresentados:

a) publicados em Diário Oficial; ou

b) publicados em Jornal; ou

c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;

e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado pelo órgão responsável.

10.7.3.1. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

10.7.3.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

10.7.4. O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

10.7.4.1. Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.7.5. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº 11.101/05.



10.7.5.1. Caso a Certidão evidencie a existência de processo de recuperação judicial, a mesma deverá vir acompanhada de documento expedido pelo Poder Judiciário de que a interessada está autorizada a participar de procedimento licitatório.

10.8. Da Habilitação Fiscal:

10.8.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.8.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

10.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

10.8.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

10.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

10.8.5.1. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

10.8.5.1.1. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

10.8.6. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

10.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

10.8.8. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

10.8.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.8.8.2. A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.9. Documentação relativa à habilitação social e trabalhista:

10.9.1. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

10.10. Da Qualificação Técnica:



10.10.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

10.10.2. Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

10.10.3. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos arts. 169, § 3º, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

10.10.4. Prova de regularidade dos impostos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quando aplicável.

10.10.5. Cumprir as obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos seus clientes e colaboradores.

10.10.6. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo proponente ou seu representante legal.

11.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do objeto e aplicação de eventual sanção à licitante vencedora, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Licitante Vencedora.

11.3. Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

11.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



11.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12. DO RECURSO

12.1. Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará aos licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso, em campo próprio do sistema, no prazo concedido na sessão pública.

12.2. As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

12.3. A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

12.4. Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, nos moldes do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.4.1. Poderá ocorrer pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico, nos moldes do inciso II, do art. 165 da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente e o acolhimento do recurso importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

12.7. No tocante aos recursos relativos às sanções administrativas, devem ser observadas as disposições dos arts. 165 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13. DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE AQUISIÇÃO

13.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá adjudicar o objeto e homologar a licitação, podendo ainda adotar qualquer das medidas previstas no art. 71 da Lei nº 14.133/21.

13.2. Integram o instrumento substitutivo do termo de contrato, independentemente de transcrição, as prerrogativas constantes no art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.3. O fornecimento dos bens será solicitado pela UNIDADE REQUISITANTE mediante convocação da ADJUDICATÁRIA, por meio de publicação no Diário Oficial do Município ou de comunicação formal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para assinatura do instrumento equivalente.

13.3.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Unidade Requisitante.



13.4. Deixando a ADJUDICATÁRIA de assinar o instrumento equivalente, poderá o Pregoeiro, independentemente da aplicação das sanções administrativas à faltosa, examinar as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes por ordem de classificação, e assim, sucessivamente, observado o direito de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte, até a apuração de uma que atenda ao contido neste Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

13.4.1. Quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração deverá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme disposto no art. 90, §2º, da Lei nº 14.133/21.

13.5. A ADJUDICATÁRIA deverá comprovar, no momento da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

13.6. A ADJUDICATÁRIA será responsável, na forma do instrumento equivalente pela qualidade dos serviços que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do termo de referência e/ou dos projetos, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

13.6.1. A ocorrência de desconformidade implicará na substituição dos materiais recusados, por outro, que será substituído, sem ônus para a Unidade Requisitante e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.7. A ADJUDICATÁRIA será também responsável, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da aquisição, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

13.8. No momento da assinatura do instrumento equivalente, a ADJUDICATÁRIA deverá apresentar, quando couber, relação nominal de seus empregados, com a devida documentação comprobatória, demonstrando cumprir o disposto nas políticas de inclusão estabelecidas na legislação em vigor.

14. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA AQUISIÇÃO

14.1. Observado o disposto no Art. 117 da Lei nº 14.133/2014, o acompanhamento, a fiscalização, o recebimento e a conferência do objeto, serão realizados por fiscal designado lotado na Unidade Requisitante e demais regramentos previstos no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 10 do Anexo I)**

15. DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. As regras sobre entrega e critério de aceitação do objeto constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Itens 7.2 e 8.4 do Anexo I)**

15.2. O Computador completo deverá ter, no mínimo, as seguintes características:

15.2.1. Processador: no mínimo quatro núcleos físicos e oito threads, Suporte a 64 Bits; Memória cache total de 6MB; com suporte a virtualização e placa de vídeo integrada ao processador compatível com DirectX 12. Índice de desempenho de 8.500 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark(http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php). Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking).

15.2.2. Placa-mãe: 2 slots de memória DDR4; slots de expansão: 01 PCI-E 16x e mais 01 PCI-E x1 ou x4; 06 portas USB sendo no mínimo: 02 portas USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps); 02 interfaces SATA sendo no mínimo uma no padrão 6.0 Gb/s (SATA III); A placa-mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento. Suporte até 64GB RAM. Compatível com recursos de redução do consumo de energia.



15.2.3. Memória: total 8 GB DDR4 2.666 MHz (ou superior).

15.2.4. Disco rígido: tipo SSD (unidade de estado sólido), com capacidade mínima de armazenamento de 256 GB.

15.2.5. Gabinete: tipo Small Form Factor (SFF), com volumetria máxima de 15L, capaz de funcionar nas posições vertical e horizontal sem prejuízo no desempenho e comprometimento dos componentes internos; Baías para unidades externas: uma baía 5 ¼ ou slimline; Conectores frontais: 1 (um) USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps); saída de áudio e entrada de microfone (podendo ser COMBO); Deve possuir luzes indicativas de operação e atividades do disco rígido; Deve possibilitar a instalação de cadeados ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete.

15.2.6. Fonte de energia: tensão 110V/220V, PFC Ativo, potência que suporte a configuração máxima para o equipamento. Deve possuir a certificação 80 PLUS Bronze.

15.2.7. Placa de vídeo: onboard mínimo 1GB memória compartilhada, com 02 (dois) conectores digitais (DisplayPort e/ou HDMI) compatíveis com o monitor ofertado, capaz de suportar dois monitores simultâneos e independentes (modo estendido).

15.2.8. Placa de rede: Gigabit padrão RJ45.

15.2.9. Placa de som: onboard.

15.2.10. Teclado: padrão USB, com regulagem de altura e/ou inclinação, padrão ABNT-2, a impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.

15.2.11. Mouse: óptico padrão USB, no mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas, 1000dpi, de conformidade ambidestra.

15.2.12. Caixas de som: alimentação USB, potência de 5 W (2.5 W cada);

15.2.13. Padronização: Teclado e mouse deverão ser do mesmo fabricante do microcomputador.

15.2.14. Cores do conjunto: gabinete, monitor, mouse e teclado com a mesma cor. A cor deverá ser predominantemente: Preto ou Prata ou Cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades.

15.2.15. Monitor LED: Tamanho da tela 21.5", resolução mínima: 1920 x 1080 (60 Hz); Brilho 250 cd/m², Taxa de Contraste 1000:1, Tempo de resposta 8 ms, Cores 16 milhões, Sinal de vídeo Digital (no mínimo 1 conector compatível com o microcomputador sem o uso de adaptadores), Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ), Cor: predominantemente preto ou prata; Ergonomia: Ajuste de inclinação;

15.2.16. Cabos: deverão ser fornecidos todos os cabos para o funcionamento do conjunto computador. No caso da conexão do computador com o monitor, deverão ser fornecidos os cabos digitais (DisplayPort ou HDMI).

15.2.17. Sistema Operacional: Licença do Windows 11 versão Professional 64 Bits versão português do Brasil OEM.

15.2.18. Mídias do Sistema Operacional e de Drivers: deverá ser disponibilizada na imagem de recuperação de fábrica do Sistema Operacional em partição do disco ou disponível para download no site do fabricante.

15.2.19. Garantia: 12 meses do fabricante do computador.

15.3. Requisitos Diversos



15.3.1. As empresas que fornecerão os mobiliários e equipamentos aqui já descritos devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.

15.3.2. Todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a Emenda Parlamentar Municipal, marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

15.3.3. É de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.

15.3.4. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Observa-se que o mobiliário e os equipamentos a serem adquiridos são produtos com certificação compulsória pelo INMETRO, por isso todos os itens devem ter certificação desse instituto.

15.3.5. Os móveis deverão ser entregues montados, em condições imediatas de uso.

15.4. O material deverá ser entregue no endereço especificado no contrato ou em outro documento que o substitua.

15.5. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.6. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.7. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16. DAS OBRIGAÇÕES

16.1. Da Unidade Requisitante:

16.1.1. As regras sobre as obrigações da Unidade Requisitante constam no Termo de Referência (Anexo I, item 7.3), **que segue anexo e faz parte deste Edital. (Item 7.3 do Anexo I)**

16.1.2. A Secretaria de Educação, através da pessoa responsável pela aquisição e acompanhamento do contrato, deverá comunicar à Supervisão de Controle de Patrimônio da SE e ao Almoxarifado da SE, hoje localizado na Rua Doardino Longo - 668, a fim de adequar o ambiente para receber e armazenar o material até que tenham seu destino final organizado. Além disso, será necessário que todo o material adquirido seja vistoriado pelo responsável pelo recebimento e lançado em patrimônio.



16.2. Da licitante vencedora:

16.2.1. Respeitar todas as condições impostas pela legislação para a comercialização do(s) produto(s), além das exigências e padrões definidos no Termo de Referência.

16.2.2. As regras sobre as obrigações da licitante vencedora constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital.**

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A recusa da adjudicatária em assinar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 13.4, sujeitando-a às penalidades previstas em lei e no Termo de Referência (Anexo I, item 11), **que segue anexo e faz parte deste Edital.**

17.1.1. As regras sobre as sanções administrativas são aquelas impostas por lei e constam no Termo de Referência, **que segue anexo e faz parte deste Edital.**

17.2. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

18. DO PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.1.2. As regras sobre pagamento constam no Termo de Referência (Anexo I, item 9), **que segue anexo e faz parte deste Edital.**

18.2. A licitante vencedora deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, os comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na aquisição, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida, declaração de regularidade trabalhista.

18.3. Do reajuste:

18.3.1. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante Vencedora não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Unidade Requisitante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;





EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

18.3.2. Para a hipótese definida no item anterior, a Licitante Vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

19.2. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

19.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

19.4. Acolhida a impugnação, que implique em eventual modificação no edital, culminará na definição e publicação de nova data para a realização do certame, desde que a alteração não comprometa a formulação das propostas.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei nº 14.133/2021.

19.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

19.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

19.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

19.8. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por aquele que tem poderes de representação com login e senha no sistema de operacionalização do certame.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

20.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

20.3. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



20.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do começo e incluir-se-á o do vencimento, observadas as disposições do art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.9. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.9.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

20.11.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

20.12. É facultado ao pregoeiro, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

20.13. Fica eleito o Foro do Município de Juiz de Fora - MG para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

20.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a Subsecretaria de Licitações e Compras pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

20.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela Subsecretaria de Licitações e Compras, obedecida a legislação vigente.

20.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br>, que será atualizado a cada nova etapa do pregão.

20.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo I.A – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II - Minuta de Termo de Autorização de Compra.



Juiz de Fora-MG, data da assinatura eletrônica,

(GESTOR DA UNIDADE REQUISITANTE)





PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024 - SE

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria de Educação

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO - OBJETO

2.1. Aquisição de móveis para escritório (poltronas, mesas, cadeiras e outros materiais), de equipamentos de informática (computadores e outros acessórios), de eletrodomésticos (refrigeradores, bebedouros, microondas e outros aparelhos) e de equipamentos para produção audiovisual (câmera, caixa de som, microfone sem fio e outros acessórios), destinados aos Departamentos da Secretaria de Educação e à Escola Municipal Áurea Bicalho, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Qtd.	Unidade	Descrição Detalhada	Vlr.Unitário	Vlr.Estimad o
1	1	Unidade	Refrigerador Duplex Frost Free, capacidade mínima:340litros, cor branca, prateleiras removíveis, controle de temperatura sistema degelo, Dimensões aproximadas:70 x 62 x 170 cm (P x L x A), classe A em consumo de energia, tensão 110V ou Bivolt. Garantia de 12 meses pelo fabricante.	R\$ 2.616,25	R\$ 2.616,25
2	21	Unidade	Ventilador de parede, medindo 60cm de diâmetro, oscilante, com grade protetora metálica, com 03 (três) pás de plástico, controle de velocidade gradual, cor: preto, bivolt, potência do motor de no mínimo 200W.	R\$ 225,59	R\$ 4.737,39
3	1	Unidade	Bebedouro de coluna; Material: Aço inoxidável.; Capacidade: 25 litros; Torneiras: 2 torneiras (água gelada e água natural). Voltagem: Compatível com 127V ou 220V, Frequência: Operação em frequência de 60Hz, Potência: 180 W (127 V) ou 350 W (220 V). Consumo de Energia: Estimativa de 18,00 kW/mês. Pressão de Operação: Faixa de pressão entre 20k Pae200 kPa. Vazão Máxima: 50 litros por hora. Temperatura de Operação: Faixa de temperatura entre 5°C e 30°C. Controle de Temperatura: Termostato com 7 níveis de temperatura. Gás: Ecológico R134A. Tomada: 03 pinos conforme	R\$ 1.581,51	R\$ 1.581,51



			norma da ABNT/NBR/603351. Material do Reservatório: Polipropileno. Capacidade de Fornecimento de Água Gelada: 5 litros por hora. Altura: 130 cm; Largura: 34cm; Profundidade: 30 cm; Peso: 20 kg. Garantia: 12meses.		
4	1	Unidade	Forno Microondas: Capacidade Mínima: 20 L; Comprimento Aproximado: 486 MM; Largura Aproximada: 282 MM; Altura Aproximada: 359 MM; Potência mínima: 600 W ; Voltagem: 110 V ou bivolt; Características Adicionais: Timer, trava de Segurança, cores variadas. Garantia de 12 meses pelo fabricante.	R\$ 580,60	R\$ 580,60
5	8	Unidade	<p>Poltrona giratória m presidente, encosto em compensado multilaminado moldado anatomicamente quente com espessura de 15mm. Curvatura anatômica no encosto de forma à permitir a acomodação das regiões dorsale lombar, adaptando-se melhor à coluna vertebral.</p> <p>Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 45 a 55 Kg/m³ com 60mm de espessura média. Contra capa do encosto injetadas em polipropileno copolímero, montadas por parafusos, auxiliando em futuras manutenções. Capado encosto em tecido 100% poliéster, formado por costuras laterais e centrais em desenho próprio, previamente colados às espumas, e fixadas com grampos. A fixação do encosto ao mecanismo é feita com parafusos máquina Philips, na bitola ¼"x20fpp, e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Assento em compensado multilaminado resinado, moldado anatomicamente a quente com espessura de 14 mm. Possui curvatura na parte frontal do assento para evitar o estrangulamento na corrente sanguínea. Espuma injetada anatomicamente em poliuretano flexível microcelular de alta resistência, isento de CFC, com densidade controlada de 50 a 60 Kg/m³ com 60 mm de espessura média. Contra capa do assento injetadas em polipropileno copolímero, montadas por grampos, auxiliando em futuras manutenções. Capa do assento em tecido 100% poliéster, formado por costuras laterais e centrais em desenho próprio, previamente colados às espumas, e fixadas com grampos. A fixação do assento ao mecanismo é feita com parafusos sextavados Grau 5SAE J419, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x 20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Apoia braços em polipropileno copolímero injetado, com alma de aço SAE 1020 pintada, regulagem de altura com botão, totalizando 7 posições e 85 mm de curso. Chapa para fixação no assento com 2 furos oblongos, permitindo regulagem horizontal por parafuso utilizando-se chave. A fixação dos braços ao assento e madeira é feito com parafusos sextavados Grau 5 SAE J419, do tipo flangeado com trava mecânica no flange, na bitola ¼"x20 fpp e porcas de garra encravadas e rebitadas na madeira. Mecanismo com sistema</p>	R\$ 799,99	R\$ 6.399,92



reclinador do encosto, de estrutura monobloco, soldado por processo MIG em célula robotizada, com assento fixo tendo 3° de inclinação e 2 furações para fixação do assento com distância entre centros de 125 x 125 mm e 160 x 200 mm. Suporte do encosto com regulagem de altura automática através de catraca, totalizando 80 mm de curso, recoberto por capa injetada em polipropilenocopolímero. Inclinação do encosto com 20° de curso semi- circular acionado por alavanca, obtendo-se infinitas posições, com molas para o retorno automático do encosto, e ajuste automático na frenagem do reclinador. Acionamento da coluna gás feita por alavanca independente injetada em Poliacetal. Peça plástica de acabamento e proteção das lâminas do reclinador em Polipropileno Copolímero injetado. Coluna central desmontável fixada por encaixe cônico fabricada em tubo de aço SAE1010 com 50,80mm de diâmetro e 1,50 mm de espessura de parede, com rolamento axial de giro, possuindo arruelas de aço temperado de alta resistência, bucha mancal de giro injetada em POM recalibrada na montagem, sistema de regulagem da altura da cadeira com mola à gás DIN 4550 Classe 4 com 125 mm de curso nominal com tolerância de 5 mm para mais ou para menos, quando medida montada, devido à compressão dos componentes. Possui sistema de montagem na base e no mecanismo por encaixe cone Morse. Telescópico injetado em polipropileno texturizado, dividido em 3 partes encaixadas, usado para proteger a coluna. Base giratória desmontável com aranha de 5 hastes de aço com pino do rodízio soldado na extremidade da haste em furos do tipo flangeado, evitando que esoltem, coberta por polaina injetada em polipropileno na cor preta, apoiada sobre 5 rodízios de duplo giro e duplo rolamento com 50 mm de diâmetro em nylon com capa, semi esfera plástica injetada junto a estrutura, que facilita o giro, banda de rolagem em nylon para uso em carpetes, tapetes e similares. Os componentes metálicos pintados possuem tratamento de superfície anti ferruginoso com fosfato de zinco por imersão, executado em linha automática de oito tanques, sem uso de produtos clorados para desengraxe, e com posterior tratamento de efluentes, de acordo com as normas ambientais vigentes, proporcionando melhor proteção contra corrosão e excelente ancoragem da tinta, evitando assim o descolamento da mesma. A tinta utilizada para a pintura é em pó, do tipo híbrida (poliéster - epóxi), W-eco, atendendo norma Européia RoHS, isenta de metais pesados, na cor preto liso semi-brilho, com camada de 60 microns sem média. Todas as peças são curadas em estufa com esteira de movimentação contínua à temperatura de 200° C. Dimensões mínimas da cadeira: Profundidade da Cadeira: 700mm, Largura da Cadeira: 700mm, Altura do Encosto: 615mm, Largura do Encosto: 460mm, Profundidade do Assento: 460mm, Largura do Assento: 480mm, Altura do Assento: 460-580 mm.



6	6	Unidade	Climatizador de Ar: quente e frio, com controle remoto, painel digital, função timer, modelo de chão, capacidade do reservatório de no mínimo de 4 L, Funções ventilar, umidificar, aquecer. Duplo filtro de ar, medidas aproximadas: 58cm x 27cm x 31cm (AxLxP), quantidade de rodízios 4, Potência Mínima 65 W, Voltagem 110v ou Bivolt. Garantia de 12 meses pelo Fabricante	R\$ 577,46	R\$ 3.464,76
7	4	Unidade	Bebedouro Água Garrafão: Capacidade: 20 L. Capacidade: 20L, saída água: natural e gelada, cores variadas, Tipo: vertical elétrico, Características Adicionais: Termostato, medidas aproximadas: 29cmx45cm x 39cm (LxAxP) Voltagem: 110V ou Bivolt. Garantia de 12 meses pelo Fabricante.	R\$ 603,79	R\$ 2.415,16
8	1	Unidade	SMART TV LED 50 polegadas 4K -Tamanho da tela: 50 polegadas; -Resolução: 4K; -Conversor Digital Integrado; -Frequência: 60 Hz; -Conectividade: Wi-Fi, Bluetooth e Ethernet (RJ45); -Permite o espelhamento de tela de dispositivos móveis; -Portas: 2x USB, 3x HDMI; -Canais de áudio: 2; -Potência de saída (RMS) 20 W; -Idiomas do Menu em Português do Brasil; -Voltagem: bivolt, AC100-240V 50/60Hz; -Cor: Prata ou preta; -Acessórios: controle remoto com pilhas ou bateria para pleno	R\$ 3.020,66	R\$ 3.020,66





			funcionamento; cabo de força; manual de instruções; -Funções SMART: permite acessar e navegar na internet, com acesso aos serviços de streaming de vídeo mais populares; -Garantia: 12 meses.		
9	1	Unidade	Suporte para tv, tipo: parede articulado, tamanho: para tv até 65", acabamento superficial: pintura eletrostática, características adicionais: parafusos, buchas de fixação. Código referente ao CatMat: 450792.	R\$ 128,38	R\$ 128,38
10	2	Unidade	Webcam 1080p Corporativo Resolução máxima: 1080pa 30 quadros por segundo; Megapixels da câmera: 3; Tipo de foco: Foco automático; Correção de luz automática: Sim; Obturador de privacidade: Sim; Microfone integrado: Estéreo; Campo de visão diagonal: 78°; Zoom digital: 1.0x; Conexão: USB-A; Comprimento do cabo: 1,5m; Garantia: 24 meses do fabricante.	R\$ 386,00	R\$ 772,00
11	1	Unidade	Câmera digital - mínimo 18 MP, LCD 3.0", Full HD, Resolução máx. de vídeo Full HD; Disparo contínuo de até 3.0 fps para registrar toda a ação; Gravação de vídeo com áudio; Zoom óptico 3x; Tamanho do display (LCD) 3"; Cartões de memória compatíveis SDXC -SDHC-SD; Reconhecimento de face; Redutor de olhos vermelhos; Tipo de sensor CMOS; Sensibilidade (ISO) 100 - 6.400; Moldura do visor ótico; Alça de pescoço; Bateria LP-E10; Carregador de bateria LC-E10 + cabo alimentação; Garantia 12 meses; Tamanhos das imagens (pixels) 18 MP; Manual em português.	R\$ 3.327,33	R\$ 3.327,33
12	1	Unidade	Tripé Câmera Fotográfica. Características técnicas para Tripé Fotográfico Tr-450CS Preto Digipod; Tripé Fotográfico Tr-450CS Preto Digipod; Trava na Coluna Central Cabeça com 3 Movimentos Sistema de Engate Rápido Cabeça com Giro de 360°;	R\$ 151,53	R\$ 151,53
13	1	Unidade	Microfone sem Fio de mão - Duplo Microfone de Mão (Bastão) Faixa UHF opcional (560.000 - 589.700MHz 660.000 - 689.700MHz) Tecnologia de transmissão de áudio digital em 16 bits Latência de áudio ultra-curta Áudio de 48KHz Varredura automática de frequência e exibição de espectro Modulação: FM / UHF Padrão Polar: Cardióide Sistema PLL Antena dupla omnidirecional LCD colorido com informações, inclusive gráfico de espectro RF Resposta de Frequência: 80Hz-18.000Hz ± 2dB Saída XLR Balanceada para cada microfone Pilha de Lítium 3.7v recarregável na própria base através de cabo mini USB. Ref.:	R\$ 1.066,00	R\$ 1.066,00



			Kadosh 502m ou similar técnico.		
14	1	Unidade	Caixa de som - Deverá ter no mínimo as seguintes características: alto-falante 12" e Drive Titânio 1", Amplificador de mínimo 300W/RMS, resposta de frequência: Mínimo de 10hz a 45khz, alça para transporte, pontos para Fly, Entrada in: Linha P-10 eXLR. Equalizado rgráfico mínimo de 4vias, Controle de ganho independente para entrada de linha e microfone, controle de Volume geral. Entradas mic in: XLR balanceadas, (¼" P-10) balanceados, Saída line out: XLR. Saída para caixa escrava (Spekon e ou P-10). Alimentação: 127v / 220v - chave seletora.	R\$ 677,85	R\$ 677,85
15	1	Unidade	Disco Rígido (HD) 2.5" Externo; Capacidade de armazenamento 4TB; InterfaceUSB3.0; Alimentação porta USB; Compatível com Sistemas OperacionaisWindows 7, 8, 10 e 11; Garantia de 12 meses.	R\$ 657,27	R\$ 657,27
16	1	Unidade	Gravador de Áudio Digital Profissional -Com USB: Sim, -Tipos de cartão de memória: SD,SDHC -Formato de gravação: MP3,WAV -Formato de reprodução: MP3 -Tempo máximo de gravação: 10 h, -Tipo de bateria: Pilhas alcalinas, -Com entrada para microfone: Sim -Com saída para fones de ouvido: Sim -Alto-falante: Sim -Potência máxima de saída: 500 mW -Peso: 60 g -Dimensões: 137.5 mm x 50 mm x 32 mm, -Tipo de tela: LCD -Duração da bateria: 10 h	R\$ 1.161,56	R\$ 1.161,56
17	1	Unidade	Tecido Chroma Key, material: 100% Poliéster, cores variadas, fundo infinito, medidas aproximadas: 2,70mx11m. (LxC). Aplicação: Filmagens Chroma Key.	R\$ 509,34	R\$ 509,34
18	1	Unidade	Ring Light Led Completo Iluminador Portátil 14POLEGADAS ,36 cm Tripé 2,1M Kit Completo; 3 cores modo de iluminação brilho ajustável ; porta usb podeder usada com vários dispositivos, tais como conecta rno computador, portátil, energia móvel e carregador usb; função de dissipação de calor: escudo de metal; Itens	R\$ 416,55	R\$ 416,55



			inclusos:1-tripé;1-aro circular Ring light36cm 14Polegadas ; 3-haste flexível; 1- controle de tom da luz integrada		
19	1	Unidade	Mesa para Computador, confeccionada em Laminado melamínico de Baixa Pressão (BP) com 25mm de espessura, padrão de cor a definir, acabamento frontalem borda reta confeccionada em fita de poliestireno de 3mm, nas laterais acabamento com fita em borda dePVC de 1mm de espessura na cor preta. Tampo com furação de 60mm de diâmetro para passagem de cabos, com acabamento em duas peças de polipropileno, sendo acabamento e tampa removíveis,com 2 orifícios no Tampo. Painel frontal confeccionado em madeira aglomerada melamínica de Baixa Pressão (BP) nas duas faces, com espessura de18mm;Teclado retrátil com corrediças metálicas e rolamento de esfera sob o tampo. Estrutura Metálica, em forma de "I" constituída por tubo retangular superior e vertical com0,91mm de espessura (chapa nº 20) e inferior com1,21mm de espessura (chapa nº 18) sendo: travessa horizontal superior e uma coluna vertical em tubo 20mmx 30 mm e travessa horizontal inferior em tubo oblongo29mm x 58mm. Verticalmente com coluna parapassagem de fiação em chapa n.º 24 (0,61mm) com estampos oblongos de 48mmx3mm sendo inclinados e soldada à estrutura. Toda parte metálica passa pelos processos químicos de desengraxe, decapagem e fosfatização, com pintura eletrostática epóxi-pó na corpreta, sendo a camada mínima de 40 microns; 1 calha metálica com 3 furações para instalação de tomadas e passagem de cabeamento embutido fixada ao painel frontal da mesa. Sapatas niveladoras com parafuso zincado 3/8" x 1" revestida em poliuretano de altadensidade. Medindo (AxLxP) 750 mm x 1100 mm x600 mm, atendendo as normas NR17 - item 17.3portaria N.º 3.214/78 do Ministério do Trabalho e daABNT (NBR - 13.967), comprovando através de laudotécnico fornecido por laboratórios credenciados pelo INMETRO.	R\$ 346,77	R\$ 346,77
20	1	Unidade	Mesa de reunião oval, com tampo em melamina na corplatina, com 25mm de espessura, bordas arredondadas em perfil de PVC preto, 180°, sobre estrutura metálica tubular composta por travessas passa-cabos, comgarras nas extremidades e furos para a passagem decabos, em chapa de aço, e laterais com colunas duplase apoio, tipo "mão francesa", em tubos de aço redondos,com pés horizontais em tubo de aço oblongo com ponteiros em poliestireno injetado na cor preta esapatas niveladoras. Bandeira central em melaminaplatina com altura final de 50cm, com bordas arredondadas em perfil de PVC 180°, na curva, e acabamento em fita de PVC, nos demais lados, na corpreta. Estrutura em aço na cor preta, com tratamento anti-ferrugem de decapagem e fosfatização, seguidopelo processo de pintura eletrostática com tinta híbrida de epóxi com poliéster em pó,com secagem emestufa. Para fabricação é indispensável seguir projeto executivo, detalhamentos e especificações técnicas.	R\$ 449,83	R\$ 449,83



			Todas as partes metálicas devem ser unidas entre si por meio de solda, configurando uma estrutura única, devendo receber tratamento antiferruginoso. Eliminar rebarbas, repingos de solda, esmerilhar juntas e arredondar cantos agudos. Medidas: 2000mm x 1000mm x 750mm		
21	6	Unidade	<p>Cadeira Fixa com Braço, tipo Chefe Diretor, para Auditório, assento e encosto confeccionado em lâminas de madeira maciça, trançadas e prensadas a quente, em formato anatômico com adesivo uréia formol catalisado, em número de 7 lâminas, perfazendo uma espessura de 15mm. Lâmina de ligação do assento com o encosto em aço de alta resistência e revestida em poliuretano injetado. Espuma injetada e gomada com costura komanche em poliuretano com 50mm de espessura e densidade média de 55kg/m³.</p> <p>Revestimento em tecido crepe Tin: tecido 100% poliéster com abrasão 40.000 voltas(800g), DIN53863-2/79 classificação 5 e resistência a pilling JIS-L-1076-a(IPT) DC 33 ASTM- D 3512/82 , e Flamabilidade NBR94442/1986 -DIN 75200/80 e solidez a luz 200 Horas Fade-o-Meter DIN54000/83 Xenotest tração ASTM- D5035/95 ou couro sintético na cor preta. Braço confeccionado em alma de aço revestida em poliuretano injetado, modelo corsa. Estrutura tipo "ski" confeccionada em metalon de 1" com parede de 2mm, furação 160mm x 200mm, com dupla travessa, tratamento anti-ferrugioso por fosfatização, pintura em epóxi pó na cor preta. Dimensões aproximadas: altura máxima do assento 530mm, altura máxima do encosto 1020mm, dimensões do assento (LxP) 470mm x 470mm, dimensões do encosto (LxA) 470mm x 500mm, espessura do assento 70mm, espessura do encosto 70mm, densidade assento e encosto 55kg/m³.</p>	R\$ 405,57	R\$ 2.433,42
22	1	Unidade	Armário de aço, 2 portas com chave, 4 prateleiras internas com reforço, medindo altura 1.98 x profundidade 0.40 x largura 0.90, confeccionado e maço, com pintura eletrostática epóxi apóna cor cinza. Chapa 26.	R\$ 801,58	R\$ 801,58
23	1	Unidade	Estante de aço com 6 prateleiras com reforço central e borda sem chapa com dobra tripla, medindo altura 1.98 x profundidade 0.42 x largura 0.92, com pintura eletrostática epóxi a pó chapa 26.	R\$ 427,52	R\$ 427,52



24	1	Unidade	Smart TV 65 polegadas 4K. Design: slim com 3 bordas infinitas; • Qualidade de imagem: 4K, com tecnologiaLED e resolução 3840X2160, formato de tela 16:9,60Hz de frequência; • Áudio: 2 canais totalizando 20Wde potência RMS; • Idiomas do Menu em português doBrasil • Funções: multi telas com mínimo 02 (dois) conteúdos, espelhamento do smartphone para a TV epelo menos 01 (um) serviço de controle por voz emportuguês disponível; • Função SMART: permite acessar e navegar na internet,com acesso aos serviços de streaming de vídeo mais populares como Youtube, Netflix e Prime Vídeo, incluindo a opção de instalação de novos aplicativos;• Conectividade:03(três)entradasHDMI, 02 (duas) portas USB, Bluetooth 5.0, WiFi 5(802.11ac) e Ethernet (RJ45); • Conversor digitalintegrado; • Compatível com suporte VESA paraparede; • Controle Remoto sustentável: recarregávelpor energia solar ou luz ambiente; • Desligamento Automático: Sim; • Economia de energia automática: Sim;• Alimentação de EnergiaAC100-240V~50/60Hz;•Cor: predominantemente prata ou preta; • Acessórios: manual de instruções, controle remoto, cabo de força eoutros acessórios necessários para o pleno funcionamento da TV; • Todas as características técnicas mínimas exigidas devem ser integradas à TV. Não será aceito qualquer tipo de adaptador ou instalação de módulos e similares para atendimento de qualquer característica técnica; • Garantia do fabricante contra vícios e defeitos de fabricação: 12 meses, com assistência técnica em Juiz de Fora - MG.	R\$ 3.266,14	R\$ 3.266,14
25	27	Unidade	Computador completo, tela de LED 21”, processador de 04 núcleos físicos e oito threads, mínimo de 8 GB de memória RAM DDR4, SSD de 256 GB, sistema operacional Windows 11 versão Professional em português do Brasil. Garantia: 12 meses do fabricante.	R\$ 3.909,63	R\$ 105.559,92

Itens solicitados: 25

Quantidades solicitadas: 95

Valor total estimado: R\$ 146.969,33

2.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto do Executivo 15635/2022.

2.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, visto que o objeto da contratação possui padrão de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo





edital, por meio de especificações de mercado, de acordo com o que preconiza a nova Lei de Licitações e Contratos 14.133/2021.

2.4. O prazo de entrega do material será de 30 (trinta) dias, contados da assinatura do contrato ou de outro documento que o substitua.

2.5. O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista que a entrega dos objetos será realizada de uma única vez, suprimindo a necessidade da administração, considerando o Estudo Técnico Preliminar.

3. JUSTIFICATIVA DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: **I – Diagnóstico da Situação Atual / 1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.**

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência: **III – Detalhamento da Solução Escolhida / 1. Descrição da solução como um todo.**

5. ESTIMATIVA DE PREÇO E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA DESPESAS

5.1. Estima-se que o montante dos gastos com as aquisições será de **R\$ 146.969,33 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos)**, haja vista a estimativa de gastos apontada na tabela do item **2.1** deste documento.

5.2. A despesa com os objetos em questão correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:



5.2.1. Dotação Orçamentária: 131100.12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804 e 1.5.00.001001

- a) Emenda Parlamentar 10409 - valor R\$90.000,00 (noventa mil reais).
- b) Emenda Parlamentar 10595 - valor R\$22.385,00 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e cinco reais).
- c) Emenda Parlamentar 11150 - valor R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- d) Emenda Parlamentar 10850 - valor R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- e) Recurso do Tesouro - valor R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

5.2.2. Dotação orçamentária: 12.361.0002.2108.000000

Natureza Despesa: 4.4.90.52.

Fonte de Recursos: 2.7.06.003110

Valor: R\$50.000,00

6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

6.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.



6.1.2. As exigências de Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista encontrar-se-ão dispostas em edital, sendo aquelas dispostas nos limites da Lei 14.133/2021.

6.2. Qualificação Técnica

6.2.1. Comprovação de aptidão para fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados em nome do licitante, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

6.2.2. Documentação:

- a) Certidão Negativa de Falência e Concordata;
- b) Registro da empresa na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, com CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) junto à Receita Federal.
- c) Prova de regularidade e registro de funcionários perante a Justiça do Trabalho / Ministério do Trabalho e Emprego, cumprindo as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, como FGTS.
- d) Cópia do contrato social;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Débitos Mobiliários) e Alvará de funcionamento;
- g) Prova de regularidade dos impostos como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), quando aplicável;
- h) Cumprir as obrigações previstas na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), garantindo a privacidade e a proteção dos dados pessoais dos seus clientes e colaboradores.

6.2.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.



6.2.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1.1. Será necessário adquirir mobiliários e equipamentos com recursos das Emendas Parlamentares Municipais 10409, 10595, 11150 e 10850, da Emenda Federal de Transferência Especial 14080012 e dos recursos do Tesouro, destinados aos Departamentos da Secretaria de Educação e à Escola Municipal Áurea Bicalho, estimando-se o montante dos gastos em torno de **R\$146.969,33 (cento e quarenta e seis mil, novecentos e sessenta e nove reais e trinta e três centavos)**, conforme tabela apresentada no item **2.1** deste documento, respeitando as características descritas neste Termo de Referência.

7.2. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA POTENCIAL CONTRATAÇÃO

7.2.1. Aquisição do mobiliário e dos equipamentos listados no item **2.1**, na modalidade Pregão eletrônico, de empresas que estejam aptas a realizarem os contratos com a Prefeitura de Juiz de Fora, garantindo o bom funcionamento das atividades da Secretaria de Educação e das escolas Municipais. O material entregue deverá estar de acordo com o especificado no ETP, no Termo de Referência e no contrato a ser firmado.

7.2.2. O Computador completo deverá ter, no mínimo, as seguintes características:

- a. Processador: no mínimo quatro núcleos físicos e oito threads, Suporte a 64 Bits; Memória cache total de 6MB; com suporte a virtualização e placa de vídeo integrada ao processador compatível com DirectX 12. Índice de desempenho de 8.500 pontos ou superior, tendo como referência a base de dados Passmark CPU Mark (http://www.cpubenchmark.net/cpu_list.php). Não será permitido nenhum tipo de configuração especial para operação da CPU em velocidade superior à especificação de fábrica, seja qual for o motivo (overclocking).



- b. Placa-mãe: 2 slots de memória DDR4; slots de expansão: 01 PCI-E 16x e mais 01 PCI-E x1 ou x4; 06 portas USB sendo no mínimo: 02 portas USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps); 02 interfaces SATA sendo no mínimo uma no padrão 6.0 Gb/s (SATA III); A placa-mãe deverá ser da mesma marca do fabricante do equipamento. Suporte até 64GB RAM. Compatível com recursos de redução do consumo de energia.
- c. Memória: total 8 GB DDR4 2.666 MHz (ou superior).
- d. Disco rígido: tipo SSD (unidade de estado sólido), com capacidade mínima de armazenamento de 256 GB.
- e. Gabinete: tipo Small Form Factor (SFF), com volumetria máxima de 15L, capaz de funcionar nas posições vertical e horizontal sem prejuízo no desempenho e comprometimento dos componentes internos; Baias para unidades externas: uma baia 5 ¼ ou slimline; Conectores frontais: 1 (um) USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps); saída de áudio e entrada de microfone (podendo ser COMBO); Deve possuir luzes indicativas de operação e atividades do disco rígido; Deve possibilitar a instalação de cadeados ou lacre de segurança em slot ou trava externa específica de forma a impedir a abertura do gabinete.
- f. Fonte de energia: tensão 110V/220V, PFC Ativo, potência que suporte a configuração máxima para o equipamento. Deve possuir a certificação 80 PLUS Bronze.
- g. Placa de vídeo: onboard mínimo 1GB memória compartilhada, com 02 (dois) conectores digitais (DisplayPort e/ou HDMI) compatíveis com o monitor ofertado, capaz de suportar dois monitores simultâneos e independentes (modo estendido).
- h. Placa de rede: Gigabit padrão RJ45.
- i. Placa de som: onboard.
- j. Teclado: padrão USB, com regulagem de altura e/ou inclinação, padrão ABNT-2, a impressão sobre as teclas deverá ser do tipo permanente, não podendo apresentar desgaste por abrasão ou uso prolongado.
- k. Mouse: óptico padrão USB, no mínimo 3 botões, com botão central com função de rolagem de páginas, 1000dpi, de conformidade ambidestra.
- l. Caixas de som: alimentação USB, potência de 5 W (2.5 W cada);
- m. Padronização: Teclado e mouse deverão ser do mesmo fabricante do microcomputador.
- n. Cores do conjunto: gabinete, monitor, mouse e teclado com a mesma cor. A cor deverá ser predominantemente: Preto ou Prata ou Cinza, podendo apresentar variações nas tonalidades.
- o. Monitor LED: Tamanho da tela 21.5", resolução mínima: 1920 x 1080 (60 Hz); Brilho 250 cd/m², Taxa de Contraste 1000:1, Tempo de resposta 8 ms, Cores 16 milhões, Sinal de vídeo Digital (no mínimo 1 conector compatível com o microcomputador sem o uso de adaptadores), Alimentação: 100 ~ 240 VAC (50/60HZ), Cor: predominantemente preto ou prata; Ergonomia: Ajuste de inclinação;
- p. Cabos: deverão ser fornecidos todos os cabos para o funcionamento do conjunto computador. No caso da conexão do computador com o monitor, deverão ser fornecidos os cabos digitais (DisplayPort ou HDMI).
- q. Sistema Operacional: Licença do Windows 11 versão Professional 64 Bits versão português do Brasil OEM.



- r. Mídias do Sistema Operacional e de Drivers: deverá ser disponibilizada na imagem de recuperação de fábrica do Sistema Operacional em partição do disco ou disponível para download no site do fabricante.
- s. Garantia: 12 meses do fabricante do computador.

7.2.3 Requisitos Diversos

- a) As empresas que fornecerão os mobiliários e equipamentos aqui já descritos devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.
- b) Todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a Emenda Parlamentar Municipal, marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- c) É de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.
- d) Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Observa-se que o mobiliário e os equipamentos a serem adquiridos são produtos com certificação compulsória pelo INMETRO, por isso todos os itens devem ter certificação desse instituto.
- e) Os móveis deverão ser entregues montados, em condições imediatas de uso.

7.3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.3.1. A Secretaria de Educação, através da pessoa responsável pela aquisição e acompanhamento do contrato, deverá comunicar à Supervisão de Controle de Patrimônio da SE e ao Almojarifado da SE, hoje localizado na Rua Doardino Longo - 668, a fim de adequar o ambiente para receber e armazenar o material até que tenham seu destino final organizado.

Além disso, será necessário que todo o material adquirido seja vistoriado pelo responsável pelo recebimento e lançado em patrimônio.



8. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

8.1. A contratação será formalizada nos termos do art. 95 da Lei 14.133/2021.

8.2. O prazo de entrega do material será de 30 (quarenta) dias a contar da assinatura do contrato ou de outro documento que o substitua, como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

8.3. Garantia, manutenção e assistência técnica

8.3.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a não ser que tenha sido especificado um prazo diferente neste Termo de Referência.

8.4. Recebimento do Objeto

8.4.1. O material deverá ser entregue no endereço especificado no contrato ou em outro documento que o substitua.

8.4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.4.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.



9. DO PAGAMENTO:

9.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias após a data de apresentação da competente nota fiscal/fatura e será efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Vencedora, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o crédito:

BANCO: _____

AGÊNCIA: _____

CONTA CORRENTE: _____

LOCALIDADE: _____

9.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e deverá ser solicitada pelo Gestor do Contrato, após apresentação de atestado de fiscalização emitido por servidor lotado na Unidade Requisitante, responsável pela fiscalização do contrato.

9.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

9.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências previstas, fica a Unidade Requisitante autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Vencedora, das penalidades previstas.

9.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Vencedora, por força da contratação.



9.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem anterior, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

9.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e, no caso de incorreções, serão devolvidos e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

9.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.



9.9. Para a hipótese definida no subitem anterior, a Vencedora fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento.

10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

10.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições ali estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

11. PENALIDADES



11.1. De acordo o Art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou o contratado poderá ser responsabilizado administrativamente, caso venha a cometer alguma das infrações a seguir:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações firmadas, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao proponente contratado as penalidades previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – as peculiaridades do caso concreto;
- III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



IV – os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A aplicação de qualquer penalidade será precedida de processo administrativo próprio, nos termos da Lei 14.133/2021.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2023 – SE

ANEXO I.A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

I – DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

1. Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (ART. 5, I).

Dentre os diversos espaços públicos administrativos da Prefeitura de Juiz de Fora, Minas Gerais, está a Secretaria de Educação. Lugar de extrema importância social e que também deve ser referência para aplicação da democracia, devendo oferecer uma infraestrutura adequada e que inspire segurança aos gerentes, supervisores, assistentes administrativos, secretários escolares, professores, funcionários, alunos, pais e toda comunidade escolar que ali desenvolvem suas atividades ou buscam apoio na resolução de dúvidas e problemas escolares, pedagógicos e administrativos. Desse modo, esse espaço precisa estar equipado de maneira que possa atender às demandas diárias de forma eficaz, buscando melhorar a qualidade na prestação dos serviços, aumentar a eficiência de captação das análises e dados, além de melhorar a comunicação interna e externa e reduzir o tempo de espera para as tarefas computacionais.

Embora os funcionários da Secretaria de Educação trabalhem com cuidado na utilização de todo o mobiliário e de todos os equipamentos disponíveis para uso e que, além disso, a Administração faça a manutenção periódica e constante dos mesmos, nesse momento, a aquisição de novos equipamentos e itens de mobiliário faz-se necessária. Tal aquisição visa atender uma maior demanda dos profissionais e a substituição dos equipamentos que estão com vida útil bastante avançada, que apresentam desgaste natural por tempo de uso ou que estão obsoletos, não atendendo mais aos avanços tecnológicos, ou que estão danificados e sem possibilidade de reparos ou consertos.

É importante destacar que o uso contínuo desse tipo de mobiliário de escritório e equipamentos tecnológicos, muitas vezes, ocasiona o desgaste e a danificação dos mesmos, o que pode acarretar falhas no atendimento, deixando os funcionários, que precisam permanecer muitas horas sentados em frente ao computador, sem condições mínimas de realizarem suas atividades diárias, comprometendo a excelência e a qualidade do serviço prestado à comunidade escolar que recorre ali com suas demandas.

Deve-se observar que é comum nos Departamentos da Secretaria de Educação que os profissionais fiquem em



média 8 (oito) horas por dia assentados para realizar suas funções. Todo esse tempo parado pode trazer sérios riscos de saúde — que envolvem problemas posturais, lesões, dores e até estresse, que é fonte de

inúmeras outras disfunções e tem impacto direto na produtividade. Assim, o mobiliário a ser adquirido deve atender a NR 17 (Norma Regulamentadora), conhecida como “norma da ergonomia”, aprovada pela Portaria MTB n.º 3.214/1978, com redação dada pela Portaria MTPS n.º 3.751, em 23 de novembro de 1990.

Assim sendo, faz-se imprescindível que a Prefeitura de Juiz de Fora adquira, nesse momento, o material abaixo relacionado, suprimindo as demandas, aparelhando a Secretaria de Educação e favorecendo resultados mais efetivos.

Observamos, ainda, que os materiais que estão em condições de serem utilizados continuarão em uso, conforme a necessidade da unidade ou serão encaminhadas para outras unidades da prefeitura.

2. Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (art. 5, III).

Para atender às demandas da Secretaria de Educação da PJF, será necessário adquirir os itens descritos na planilha abaixo. Tal quantidade baseia-se no número de setores do departamento administrativo e servidores a serem atendidos, observando que vários itens são para uso coletivo.

Item	Unidade	Quant.	Descrição do item
1	un	31	Computador Completo
2	un	1	Refrigerador Frost Free , 340 L
3	un	21	Ventilador De Parede – 3 velocidades – 60 cm
4	un	1	Bebedouro 25l, 2 Torneiras, 110v
5	un	1	Microondas 20l
6	un	8	Cadeira de Escritório Presidente
7	un	6	Climatizador
8	un	4	Bebedouro De Água (Galão)



9	un	1	Tv 50 Polegadas Smart 4k
10	un	1	Suporte para Tv 50 Polegadas
11	un	2	Webcam 1080p
12	un	1	Câmera Digital
13	un	1	Tripé para Câmera
14	un	2	Projektor Multimídia
15	un	1	Microfone Sem Fio Duplo Wireless
16	un	1	Caixa De Som- Power
17	un	1	Disco Rígido (HD Externo) 4 TB
18	un	1	Gravador De Áudio
19	un	1	Tela Chroma Key Fundo Infi.
20	un	1	Iluminador Ring Light
21	un	1	Mesa Para Computador Compacta
22	un	1	Mesa para Reunião Semi Oval
23	un	6	Cadeira fixa
24	un	1	Armário De Aço , 2 Portas, Com Prateleiras
25	un	1	Estante De Aço Com 6 Prateleiras
26	un	2	Tablet 10 polegadas

3. Alinhamento entre a contratação e o planejamento da Administração (art. 5º, X).

Não há alinhamento deste ETP com o Planejamento de Contratação Anual (PCA), ferramenta da Nova Leide Licitações, número 14.133, que entrou em vigor em 1º de abril de 2023 , já que não houve a elaboração do mesmo no ano anterior à aquisição.

Apesar disso, informamos que as despesas com as aquisições serão custeadas com recursos de Emendas

Parlamentares Municipais de números 10409, 10595, 11150 e 10850 e com recursos do Tesouro previstos naLOA 2024 para sede da Secretaria de Educação.



As Emendas e o recurso do Tesouro têm o valor total atual de R\$157.885,00 (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais), sendo:

Dotação Orçamentária: 131100.12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804 e 1.5.00.001001

- a) Emenda Parlamentar 10409 - valor R\$90.000,00 (noventa mil reais).
- b) Emenda Parlamentar 10595 - valor R\$22.385,00 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e cinco reais).
- c) Emenda Parlamentar 11150 - valor R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- d) Emenda Parlamentar 10850 - valor R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- e) Recurso do Tesouro - valor R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 5º, II).

As empresas que fornecerão os mobiliários e equipamentos descritos na planilha acima devem assumir, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da entrega do objeto, respeitando prazos e local de entrega.

Além disso, todo o material deve estar em perfeitas condições, conforme especificações, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia. Também é de responsabilidade das empresas contratadas substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo acordado, os objetos entregues que não atenderem ao descrito no contrato e que tenham avarias ou defeitos.

Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Observa-se que o mobiliário e os equipamentos a serem adquiridos são produtos com certificação compulsória pelo INMETRO, por isso todos os itens devem ter certificação desse instituto.



II – ANÁLISE DE SOLUÇÕES

1. Levantamento de Mercado (art. 5º, IV)

Dentre as possibilidades do mercado para atender à necessidade da Secretaria de Educação, está a contratação de empresas para a aquisição do mobiliário e dos equipamentos através do Pregão Eletrônico. Sendo assim, segue o levantamento do mercado direcionando os valores a serem praticados nesta licitação.

Item	Unidade	Quant.	Descrição do item	Média por uni.	Média Total
1	un	31	Computador Completo	R\$ 3.418,25	R\$ 105.965,75
2	un	1	Refrigerador Frost Free , 340 L	R\$ 2.616,25	R\$ 2.616,25
3	un	21	Ventilador De Parede – 3 velocidades – 60 cm	R\$ 225,59	R\$ 4.737,46
4	un	1	Bebedouro 25l, 2 Torneiras, 110v	R\$ 1.581,51	R\$ 1.581,51
5	un	1	Microondas 20l	R\$ 526,26	R\$ 526,26
6	un	8	Cadeira de Escritório Presidente	R\$ 871,21	R\$ 6.969,68
7	un	6	Climatizador	R\$ 659,50	R\$ 3.957,00
8	un	4	Bebedouro De Água (Galão)	R\$ 541,24	R\$ 2.164,95
9	un	1	Tv 50 Polegadas Smart 4k	R\$ 2.144,25	R\$ 2.144,25
10	un	1	Suporte para Tv 50 Polegadas	R\$ 128,38	R\$ 128,38
11	un	2	Webcam 1080p	R\$ 406,53	R\$ 813,07
12	un	1	Câmera Digital	R\$ 3.327,32	R\$ 3.327,32
13	un	1	Tripé para Câmera	R\$ 151,53	R\$ 151,53
14	un	2	Projektor Multimídia	R\$ 3.388,41	R\$ 6.776,83
15	un	1	Microfone Sem Fio Duplo Wireless	R\$ 1.194,67	R\$ 1.194,67
16	un	1	Caixa De Som- Power	R\$ 555,00	R\$ 555,00
17	un	1	Disco Rígido (HD Externo) 4 TB	R\$ 648,23	R\$ 648,23
18	un	1	Gravador De Áudio	R\$ 1.188,37	R\$ 1.188,37
19	un	1	Tela Chroma Key Fundo Infi.	R\$ 509,34	R\$ 509,34



20	un	1	Iluminador Ring Light	R\$ 416,55	R\$ 416,55
21	un	1	Mesa Para Computador Compacta	R\$ 305,46	R\$ 305,46
22	un	1	Mesa para Reunião Semi Oval	R\$ 449,83	R\$ 449,83
23	un	6	Cadeira fixa	R\$ 426,79	R\$ 2.560,76
24	un	1	Armário De Aço , 2 Portas, Com Prateleiras	R\$ 882,83	R\$ 882,83
25	un	1	Estante De Aço Com 6 Prateleiras	R\$ 348,67	R\$ 348,67
26	un	2	Tablet 10 polegadas	R\$1.152,00	R\$2.304,00
TOTAL					R\$153.223,94

2. Estimativa do valor da contratação (art. 5º, V)

A contratação tem o valor total atual estimado de **R\$153.223,94** (cento e cinquenta e três mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e quatro centavos).

As Emendas e o recurso do Tesouro têm o valor total atual de **R\$157.885,00** (cento e cinquenta e sete mil oitocentos e oitenta e cinco reais), informado no Documento do Comitê Gestor número 4788/2024 desse processo para aquisição do quantitativo de equipamentos e mobiliário previsto na planilha aqui já anexada, sendo:

Dotação Orçamentária: 131100.12.122.0007.2004.0000

Natureza: 4.4.90.52

Fonte: 1.5.00.009804 e 1.5.00.001001

- Emenda Parlamentar 10409 - valor R\$90.000,00 (noventa mil reais).
- Emenda Parlamentar 10595 - valor R\$22.385,00 (vinte e dois mil trezentos e oitenta e cinco reais).
- Emenda Parlamentar 11150 - valor R\$15.000,00 (quinze mil reais).
- Emenda Parlamentar 10850 - valor R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- Recurso do Tesouro - valor R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).



3. Escolha da solução (consequência dos incisos VIII e XI, do art. 5º)

A única possibilidade viável neste momento para atender a necessidade da Secretaria de Educação de Juiz de Fora é a aquisição do mobiliário e dos equipamentos listados na planilha aqui já anexada. Isto será um fator positivo ao bom funcionamento das atividades administrativas e de atendimento àqueles que buscam esta secretaria.

Além disso, a melhor escolha será adquirir os itens na modalidade Pregão Eletrônico, de empresas que estejam aptas a realizarem os contratos com a Prefeitura de Juiz de Fora, entregando o material de acordo com o especificado neste ETP, no Termo de Referência e no contrato a ser firmado.

III – DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

1. Descrição da solução como um todo (art. 5º. VI)

O mobiliário e os equipamentos a serem adquiridos enquadram-se como bem comum, nos termos do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, por possuírem padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado. Portanto, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão Eletrônico e julgamento por Menor Preço por item.

Encerrada as fases competitivas do procedimento licitatório, após o julgamento e a habilitação e estando o vencedor do certame em plenas condições de se tornar contratante junto à Prefeitura de Juiz de Fora, não havendo irregularidades a serem corrigidas ou irregularidades insanáveis no procedimento e, também, depois de serem exauridos os recursos administrativos cabíveis, será realizada a adjudicação por item e a homologação.

A aquisição será custeada com o repasse dos recursos financeiros oriundos de Emendas Parlamentares Municipais e Recursos do Tesouro já identificados aqui. O recurso será utilizado exclusivamente no cumprimento dos objetos pactuados e pagamento das despesas previstas nos Termos de Compromisso aqui listados, devendo a movimentação realizar-se, restritivamente, por meio eletrônico, no qual seja



devidamente identificada a titularidade das contas correntes de fornecedores ou beneficiários dos pagamentos, sendo proibida a utilização de cheques, conforme dispõe o Decreto nº 7.507/2011.

2. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 5º. VII)

Não há a necessidade de parcelamento dos itens, tampouco parcelamento da solução, tendo em vista que um único item é suficientemente claro e preciso para o atendimento da demanda.

3. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 5. IX)

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

4. Resultados pretendidos (art. 5º, XI)

Espera-se adquirir o mobiliário e os equipamentos descritos nesta solução com o menor preço, com qualidade que atenda às especificações e que corresponda às necessidades dos servidores da Secretaria de Educação da Prefeitura de Juiz de Fora aqui já descritas, proporcionando bem-estar a estes. Espera-se, também, que todo o material seja entregue no período acordado, atendendo todas as regras contratuais que serão firmadas após o certame.

5. Providências a serem adotadas (art. 5º, XII)

A Secretaria de Educação, através da pessoa responsável pela aquisição e acompanhamento do contrato, deverá comunicar à Supervisão de Controle de Patrimônio da SE e ao Almojarifado da SE, hoje localizado na Rua Doardino Longo - 668, a fim de adequar o ambiente para receber e armazenar o material até que tenham seu destino final organizado.

6. Possíveis impactos ambientais (art. 5º, XIII)



Em regra, não se vislumbra impactos ambientais decorrentes das aquisições aqui descritas, tendo em vista que os equipamentos e mobiliários serão adquiridos de empresas licenciadas para a comercialização desse material. Deverá ser observado se todos os equipamentos e mobiliários a serem adquiridos estão em acordo com as especificações exigidas pelo INMETRO.

Se algum item deste ETP vier a substituir outro que não está sendo utilizado por motivo de desgaste ou defeito, sem possibilidade de conserto, ou outro motivo qualquer que impeça de ser utilizado, a SE deverá fazer o descarte dos mesmos de acordo com as leis municipais, encaminhando o que for possível para reciclagem e descartando com segurança o que não for possível reciclar.

A SE também deverá dar destino final ao material que for substituído de acordo com os documentos orientadores da PJF e as possibilidades de reutilização e reciclagem, seguindo as orientações e critérios de sustentabilidade disponíveis no Catálogo de Materiais Sustentáveis do Governo Federal, o CATMAT e no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis / AGU.

Ressaltamos, ainda, que se em algum momento o mobiliário e qualquer equipamento perder a utilidade, ficar obsoleto ou não for possível de ser utilizado, ele deverá ser encaminhado para reciclagem, minimizando os impactos ambientais. Busca-se, assim, que a Administração Pública cumpra as exigências da Lei Federal no 1205/10 que traz em seu Art. 9º a orientação sobre a ordem de prioridade na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos”.

IV – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

(art. 5º XIV)

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita nos itens anteriores, a partir da necessidade da Secretaria de Educação em adquirir os itens descritos em planilha aqui anexada, utilizando recursos de Emendas Parlamentares Municipais de números 10409, 10595, 11150 e 10850 e com recursos do Tesouro, mostra-se tecnicamente viável e fundamentadamente necessária.



Do acima exposto, o interesse em contratar uma empresa por licitação na modalidade Pregão Eletrônico, prevista na Nova Lei de Licitação 14.133, com a finalidade de adquirir os itens descritos, é decisão discricionária da Secretaria de Educação.

Inobstante, após optar pela contratação, ela só se dará ante a criteriosa análise da Comissão de Licitações e Procuradoria Jurídica de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Em relação aos preços, os mesmos devem estar compatíveis com a realidade do mercado, em se tratando de itens similares, de acordo com a Nova Lei de Licitações 14133/2021.



PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024 - SE

ANEXO II MINUTA DE TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS – OFM Nº _____/_____

REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº _____/_____

À

EMPRESA:		
ENDEREÇO:		
CNPJ:	TELEFONE:	TELEFONE:
Nº DO BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:

Solicitamos a Vossa Senhoria fornecer os materiais abaixo discriminados observadas as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024** e/ou do Termo de Referência seu anexo, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e da sua Proposta de Preços, constante do **Processo Administrativo nº 6.467/2024 de 25/04/2024**, após a autorização do Órgão Gerenciador do Sistema.

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente ordem de fornecimento é a aquisição dos seguintes materiais, conforme as especificações constantes do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024** e/ou do Termo de Referência.

ITEM	LOTE	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QUANTIDADE REQUISITADAS (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TOTAL:						

2. FORNECIMENTO

2.1. Os materiais deverão estar à disposição da Unidade Requisitante no prazo máximo de _____ (_____) dias, prorrogável uma única vez por igual período, contados da retirada da Nota de Empenho.

3. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. São obrigações da CONTRATADA:

3.1.1. Entregar os materiais de acordo com todas as exigências contidas na Ata de Registro de Preços, no Termo de Referência e na Proposta;

3.1.2. Acondicionar os materiais em embalagem com resistência compatível com o transporte por ela adotado.

3.1.3. Substituir os materiais, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e sem qualquer ônus para Requisitante, caso seja constatada a existência de defeitos ou a ocorrência de desconformidades com as especificações contidas no Edital e/ou no Termo de Referência;

3.1.4. Atender às determinações e exigências formuladas pelo Requisitante;





3.1.5. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital durante todo prazo de execução deste instrumento;

3.1.6. Observar as demais condições contratuais constantes do Edital, do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024**, para o perfeito cumprimento deste instrumento.

4. DO PAGAMENTO

4.1. Os pagamentos serão efetuados à empresa beneficiária após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/1964, observado o disposto no art. 141 da Lei Federal nº 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante.

4.2. O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado no setor competente da Unidade Requisitante.

4.3. O pagamento à empresa beneficiária será realizado em razão do efetivo fornecimento realizado e aceito, sem que a Unidade Requisitante esteja obrigada a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula segunda não tenha sido regularmente entregue e aceito.

4.4. No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

4.5. O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros e correção monetária, de acordo com a variação da Taxa Selic aplicável à mora da Administração Pública, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante e a data do efetivo pagamento, limitados a 12% ao ano.

4.6. O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontado à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die, entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança no setor competente da Unidade Requisitante.

4.7. O pagamento será efetuado à Licitante Vencedora por meio de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pela Unidade Requisitante, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

5. LOCAL DE ENTREGA

5.1. Os materiais serão entregues nos locais indicados pela Unidade Requisitante.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. Integram e complementam a presente Ordem de Fornecimento de Materiais, o Termo de Referência e a Proposta de Preços relativos ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 103/2024**.

Juiz de Fora-MG, ____ de _____ de _____.





Agente Público competente do órgão ou entidade contratante
(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

Testemunha
,(Nome, cargo, matrícula e lotação)

Testemunha
(Nome, cargo, matrícula e lotação)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C9A3-1555-0815-AB0B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ NADIA DE OLIVEIRA RIBAS (CPF 810.XXX.XXX-87) em 23/10/2024 14:03:20 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/C9A3-1555-0815-AB0B>